



*Am  
Lefor*

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

### ACTA Nº4/03

#### DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DOZE DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E TRÊS

*Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e três, nesta cidade de Montijo, nos Paços do Município, compareceram para a reunião ordinária, os membros desta Câmara Municipal, os Excelentíssimos Senhores:*

**PRESIDENTE: MARIA AMÉLIA MACEDO ANTUNES**

**VEREADORES: ÁLVARO JOSÉ DE OLIVEIRA SARAIVA  
CARLOS ALBERTO PINA FRADIQUE  
HONORINA MARIA PEREIRA SILVESTRE  
MIGUEL JOSÉ TAVARES CARDOSO  
NUNO MIGUEL CARAMUJO RIBEIRO CANTA  
PEDRO MANUEL DIAS DE JESUS MARQUES**

*Às vinte e uma horas e vinte minutos com a presença da Chefe de Secção do Departamento Administrativo e Financeiro/Secção de Taxas e Licenças, D<sup>a</sup> Maria José Correia dos Santos, a Senhora Presidente da Câmara assumiu a Presidência e ocuparam os seus lugares os respectivos membros presentes.---*

*A Senhora Presidente da Câmara requereu que ao abrigo do disposto no art<sup>o</sup>. 19<sup>o</sup>., 2<sup>a</sup>. Parte do Código de Procedimento Administrativo, fosse incluída mais uma proposta com número 625/03, proveniente da Divisão Social Cultural e de Ensino. -----*

*Em seguida procedeu-se à apreciação dos assuntos referentes ao período de*

#### **ANTES DA ORDEM DO DIA**

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre apresentou um documento cujo teor a seguir se transcreve: "Senhores Vereadores em 28 de Maio enviei a carta que anexo à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Montijo com conhecimento aos Senhores Vereadores Miguel Cardoso, Nuno Canta e Pedro Marques. Em 18 de Outubro enviei também com conhecimento àqueles Senhores Vereadores a carta que também anexo. Esta carta acompanhava o parecer que solicitei junto da Senhora Professora Doutora Maria da Glória*



*Ferreira Pinto Dias Garcia, Vice-Directora da Universidade Católica Portuguesa. Distribuí elementos a todos os Senhores Vereadores e também o parecer para conhecimento. Como se pode entender o último interesse manifestado pela Senhora Presidente relativamente a este processo se não o teve em Maio de 2000. Porque pretende a Senhora Presidente da Câmara, num claro abuso de poder, utilizar o seu cargo e a Câmara, na defesa de um cidadão de Montijo? - O Senhor José Bastos. É preocupante a falta de distanciamento que a Senhora Presidente demonstra relativamente a este cidadão e o modo como ele detém elementos da Câmara que só devem ser do conhecimento desta e dos proprietários e/ou dos donos dos processos. Saibam os Senhores Vereadores que foi José Bastos que pôs na rua este pretensso problema e acompanhava o que escrevia com cópia de elementos que existem na Câmara. É grave que a Senhora Presidente não se preocupe com estes procedimentos mas a Senhora Presidente parece proceder com este cidadão com carácter de excepção. E como também gosto das coisas claras e se diz na rua que o Senhor José Bastos construiu ilegalmente com o consentimento da Senhora Presidente, solicito a todos os Senhores Vereadores que votem favoravelmente a abertura de um inquérito aos actos da Senhora Presidente relativas ao processo A 32/01 – Obras no prédio n.º 28 da Rua Comandante Francisco da Silva Júnior. É preciso que se verifique se a Senhora Presidente despachou este processo ferindo o PDM de Montijo ou não, se era ou não necessária uma alteração ao loteamento onde o prédio estava inserido. Sendo também em defesa do interesse público e na defesa do princípio da igualdade do tratamento de todos os munícipes.”*-----

*A Senhora Presidente: Nós não sabemos qual é a sua versão e a sua posição. Já sabemos todos que havemos todos de saber, havemos todos de saber.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina: Gostaria que aquilo que a Senhora está a dizer e que não é verdade que fique em acta.*-----

*A Senhora Presidente: Eu não interrompi, eu não interrompi a Senhora Vereadora. E isto há-de ser tudo esclarecido e a gente há-de ver de facto quem tem razão. Pronto em tempo próprio. Temos todos muito tempo. A Senhora Vereadora nunca quis encetar nenhuma diligência oficial, quis que a Presidente o fizesse. Eu cheguei-lhe a dizer: Se eu fosse visada eu jamais me calaria, a primeira coisa que eu fazia era ir ter com a pessoa e dizer-lhe: Explique-me lá o que é que é isto. Eu recebo uma carta sua nesse quadro, diga-me lá o que é que está aqui em causa, explique-me lá onde é que eu errei. Era o mínimo que qualquer cidadão responsável faria e não andaria a carpir mágoas e a rodear as coisas por aí, por aqui e por acolá, no campo daqui, no campo de acolá, no ombro deste ou no ombro daquele. Portanto, isto fica tudo naturalmente gravado. E digo, três coisas podem acontecer: Ou está tudo bem e portanto não temos nenhum problema, ou há aqui um erro de*



*avaliação que nós deficientemente avaliámos e portanto podemos ter errado, errar é humano, ou há aqui de facto má fé, há aqui favorecimento, há aqui uma situação grave, que prejudicou gravemente o interesse do Município. Portanto, uma destas situações pode acontecer. A Senhora Vereadora em vez de, enfim, propor aqui um inquérito, mandar para a IGAT, mandar para Procuradoria da República, preferiu ir pedir um parecer. Portanto, ponto de vista dela. Parecer esse que me remeteu em Outubro. E pensava a Senhora Vereadora que eu estava quieta mas a Senhora Vereadora, como eu não sou da laia dela, estava muito enganada, porque aquilo que eu disse aos Senhores Vereadores foi isto: Meus caros, no tempo próprio, a gente esclarece tudo, mas é no tempo próprio, não vamos apressar as coisas porque às vezes à pressa e na confusão, nada é esclarecido. Primeiro, não pode haver inquérito interno porque têm que ser ouvidas pessoas exteriores à Câmara que um inquérito interno não pode chamar. Segundo, portanto, há de facto uma situação que é preciso apurar, designadamente em termos de medições, designadamente em ter outras opiniões. E eu fiz isso tudo, eu tenho o documento em meu poder, fiz isso tudo. Agora, a Senhora Vereadora não sabe, nem tinha que saber. Porque é que eu lhe havia de dar conhecimento. Ela tinha que se defender e apresentar a sua defesa se achava que estava a ser atacada. Eu não. A minha obrigação, e a grande diferença, de facto, no plano institucional e da defesa do interesse público, é que eu desenvolvi um conjunto de procedimentos e falei com um conjunto de pessoas, desde o proprietário do terreno, que eu também nunca poderia chamar aqui para o inquérito, como é evidente, não poderia, ele não tinha nada que dizer aqui na Câmara Municipal de Montijo, tal como eu não tinha nada que inquirir a ex-Presidente da Câmara, Jacinta Ricardo, que propôs a desafecção do terreno. A que título é que a Presidente da Câmara, num inquérito interno, a podia chamar? Não podia. Portanto, tem que ser uma entidade onde as pessoas se sintam obrigadas a ir, a comparecer. À solicitação da Presidente da Câmara num inquérito interno nunca viria, tal como o Eng.º Barradas Cesteiro, que avaliou o terreno na época, nunca poderia vir à Câmara prestar declarações num inquérito. Portanto, havia aqui duas questões que seriam de todo inultrapassáveis e que não valia a pena a gente andar aqui a enrolar com um inquérito. Portanto, para dar resto zero. E foi por isso que eu, durante alguns meses, fui equacionando, fui tratando, do ponto de vista administrativo, o processo e raciocinando em termos judiciais como é que eu poderia resolver o problema para, de facto, fazer a história deste processo e chegar à conclusão, se por uma deliberação da Câmara, por proposta da Senhora Vereadora Honorina, tinha havido ou não prejuízo para o Município. E algumas das deliberações foram votadas por unanimidade. A aprovação inicial do loteamento foi votada com cinco votos a favor do PS e do PSD e duas abstenções*



da CDU. Isto vai ter que ser explicado, porque é que a CDU se absteve. Depois, a seguir, as votações já foram por unanimidade. E portanto, Senhores Vereadores, é importante que se esclareça esta situação mas, e também está aqui a diferença, que os Senhores compreendem, a diferença entre quem tem responsabilidade e quer preservar a dignidade das instituições e aqueles que andam a carpir mágoas dos processos e a meter, a propor acções, ou melhor, a abrir procedimentos por difamação. Foi isso que a Senhora Vereadora disse na comunicação social. Eu não sei se é isso, se não é. Aquilo que eu li na comunicação social é que a Senhora Vereadora Honorina tinha intentado um processo-crime contra o Senhor José Bastos por difamação. Portanto, isso não tem nada a ver com o interesse público, não tem nada a ver com a Câmara Municipal de Montijo. A Presidente da Câmara não fez isso. Senhores Vereadores, tratei o processo administrativo, tratei o processo judicialmente. E tratei o processo judicial inicial sem acusar ninguém. Eu só peço a quem de direito que averigue um conjunto de factos, e depois ver-se-á de facto se há ou não prejuízo para o interesse público, tão simples quanto isso. Senhores Vereadores, eu vou ler de novo o documento e verão que eu tenho a obrigação estrita, porque eu conheço as minhas obrigações, decorrentes de um cargo público e equiparado a um funcionário público, tenho a obrigação de participar e de denunciar actos susceptíveis de apuramento da verdade e de prejuízo. Foi isso que eu fiz. Não andei a carpir mágoas junto dos meus amigos, junto dos meus camaradas, junto de algumas pessoas da sociedade civil, junto da nossa comunidade e nem andei nas páginas dos jornais a dizer que ia chamar a inspecção e a fazer isto e aquilo ou que ia processar este ou aquele. Não, porque isso não é a atitude digna de um Presidente de Câmara responsável, de uma pessoa responsável e eu prezo ser responsável e votei favoravelmente as deliberações e portanto assinei a escritura de permuta, mas isso não me inibe de levar isto até às últimas consequências e de pagar por isso se tiver, com o meu voto, prejudicado o Município de Montijo. Portanto, disso eu não abduco. E houve, e houve Senhores Vereadores, e é bom que depois estas coisas se saibam, houve alguns autarcas do PS, isto é assim: "vícios privados públicas virtudes", é o que está hoje a acontecer na sociedade portuguesa, as pessoas são publicamente todas muito doces, muito simpáticas mas depois, no privado, a gente, enfim, transforma-se. Portanto gostaria de dizer aqui aos Senhores Vereadores, e isto está a ser tudo gravado, que houve autarcas do PS que me disseram assim: "mas tu tem cuidado porque tu assinaste a escritura". É evidente que eu assinei a escritura mas eu não tenho que ter cuidado porque assinei eu a escritura e os Senhores Vereadores votaram aqui, por proposta da Senhora Vereadora, e a vontade do Órgão pode ser firme. Se eu tivesse toda a informação, eventualmente poderia não votar assim. Portanto, também a minha vontade, as explicações que me deram po-



*dem ter sido perfeitamente normais e não haver aqui nada de mal. É isso que a gente vai averiguar e, portanto, há aqui uma questão que é assim e alguns deputados municipais do PS, com responsabilidades, têm conhecimento disto mas, é assim: a fiscalização é da Assembleia Municipal mas depois não tomam nenhuma medida para aclarar o que quer que seja, pelo contrário: vê lá, tu tem cuidado porque tu assinaste a escritura. Eu assinei e assumo essa responsabilidade de ter assinado uma escritura de que, eventualmente, no final do apuramento deste inquérito pode sair que o Município foi prejudicado ou que o Município não foi prejudicado. E vamos averiguar isso tudo, vamos fazer um levantamento das áreas, vamos rever isso tudo. Eu solicitei, a quem tem competência para tal, para fazer uma investigação profunda sobre isto e não andei a solicitar pareceres, que valem o que valem, não estou a por em causa os doutos pareceres que temos aí, não estou, só que tenho dito aqui várias vezes por outros aspectos também, que os pareceres valem o que valem, também peço pareceres, mas só os tribunais decidem sobre as matérias, independentemente de doutos pareceres que possam ser emitidos sobre esta ou aquela matéria. Relativamente ao documento que os Senhores Vereadores têm farão, naturalmente, o uso que entenderem. Eu não me demito das minhas obrigações de pugnar pela transparência, pelo interesse público e pela responsabilidade e, tendo votado favoravelmente e tendo subscrito uma escritura que pode ter favorecido uma empresa, que pode ter prejudicado o Município do Montijo, assumirei perante os cidadãos de Montijo toda a minha responsabilidade. Não actuo é como a Senhora Vereadora a quem lhe foi dirigida uma carta que nunca respondeu, que nunca quis saber e que intentou uma acção-crime contra o cidadão que lhe escreveu a carta. E para mim quer seja o cidadão A, quer seja o cidadão B, podia ser um outro cidadão qualquer, naturalmente que eu teria que actuar. Eu nunca ficaria na minha vida prisioneira do que quer que fosse e de quem quer que fosse, portanto, sejamos claros, nunca ficaria prisioneira de quem quer que fosse. E se alguém julgou que me aprisionava ou que me continha, pois bem se enganou ou bem se vai enganar. Pedia agora aos Senhores Vereadores que pudéssemos, oportunamente, ter uma reunião para ver todo o processo, porque não vamos estar aqui a falar do processo, mas ia de facto ler a declaração que li na Assembleia Municipal e só coloquei a questão na Assembleia Municipal porque me pareceu que era importante colocá-la, porque a carta provocatória e mentirosa que a Senhora Vereadora mandou à Assembleia Municipal me levaram a uma de duas situações: ou remetia, digamos, dizia ao Senhor Presidente da Assembleia: Meus Senhores accionem os mecanismos que entenderem, eu não respondo aqui, não sou obrigada a responder, e eu optei, naturalmente por responder. Equacionei as duas possibilidades. As pessoas responsáveis sabem aquilo que têm que fazer, responsabilmente em cada mo-*



mento. E eu poderia perfeitamente ter omitido isso e dizia assim: Senhora Deputada Lucília Ferra tenha lá paciência, remeto-a para aquilo que lhe disse no dia 20 de Dezembro, a Senhora vá para as instâncias que entender, e não mais. Mas eu não, pelo respeito que me merece a Assembleia Municipal no seu todo, não vou agora aqui individualizar membros, mas os Senhores Deputados, os Senhores Vereadores percebem bem, pelo respeito que me merece a Assembleia Municipal. E, pedindo desculpa aos Senhores Vereadores, porque era aqui que eu deveria ter dado a primeira informação, e disse-o na Assembleia Municipal que era aqui e era hoje o sitio certo para dar essa informação, pedindo desculpa, mas eu também ia preparada, naturalmente, para responder às solicitações que fossem criadas, como os Senhores Vereadores bem puderam testemunhar, ou seja, se a Senhora Vereadora me quis confrontar com os Senhores Presidentes de Junta, me quis confrontar em matéria do urbanismo, bem lhe saiu o tiro pela colatra, como os Senhores Vereadores bem puderam constatar e todos os Senhores Deputados Municipais bem puderam constatar. E poderia não ter dito nada e deixar para ulterior decisão, porque eu tive oportunidade de dizer muitas vezes, ou algumas vezes, à Senhora Vereadora assim: O esclarecimento das situações, porque sou uma pessoa responsável, não acuso em vão e o esclarecimento das situações é quando eu estiver na posse de dados que permitam esclarecer, ou seja, é no meu tempo e com as minhas regras e não com as regras dos outros. Porque eu é que sou Presidente da Câmara, eu é que tenho que assumir a responsabilidade política e, portanto, eu é que dou a cara perante os cidadãos de Montijo e assumo inteiramente essa responsabilidade. E de facto a declaração que eu fiz, e que vou ler agora, prova estes factos e segue-se uma lista de testemunhas que, naturalmente, serão ouvidas, entre as quais os Vereadores do Partido Socialista da Câmara Municipal de Montijo e os ex-Vereadores que estiveram aqui na Câmara e também a ex-Presidente, porque vai ter que explicar, naturalmente, porque é que propôs a desafecção, qual era o sentido útil da desafecção e porque é que atribuiu capacidade construtiva ao lote de terreno de 416 metros e porque é que passou de 118 ou 180 metros para 416 metros e portanto tudo isto tem uma relação, tudo isto eu quero ver esclarecido. Senhores Vereadores, eu não estou aqui a acusar nem a ex-Presidente da Câmara nem os ex-Vereadores que deliberaram sobre esta matéria nem os Vereadores do anterior mandato. Eu quero que seja esclarecida a situação porque pode haver aqui um prejuízo grave para o Município de Montijo e, se houve, temos que apurar a responsabilidade, não vamos enterrear a cabeça na areia, não vamos andar a dizer que alguém nos anda a difamar, não vamos andar a chorar no ombro dos nossos pretensos amigos ou amigas, vamos assumir as nossas responsabilidades e vamos esclarecer tudo. Eu não tive necessidade de pedir pareceres a ninguém, porque no plano for-



mal, está tudo certo, houve deliberações de Câmara. Há aqui uma questão que era a eventual falta da desafecção não ter ido à Assembleia Municipal de então, mas a lei não era expressa sobre esta matéria. Entende-se que havia uma norma que obrigaria a que essa desafecção e essa valoração tivessem que ter ido à Assembleia Municipal em 1997, mas este facto está sanado decorrido um ano porque era um acto anulável, sendo um acto anulável sana-se com o decurso do prazo, decorrido um ano está perfeitamente tratado. E não foi e podia ter ido porque, na altura, nos termos da Lei n.º 100/84, de 29 de Março, no art.º 39.º, n.º 1 alínea h), competia à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre os assuntos que eram do interesse próprio da Autarquia e, portanto, esta desafecção deveria ter ido à Assembleia Municipal e não foi, na época. Tal como as desafecções que já aqui fizemos no anterior mandato foram à Assembleia Municipal e eu tratei também do processo de permuta e de desafecção, que passou na Assembleia Municipal que teve avaliação e foi um processo em que permutámos com a família Soares Póvoas, aquela faixa da Avenida Luís de Camões com 99 metros, um pouco mais atrás, para compor um lote de terreno e de facto isto foi à Assembleia Municipal. Foram atribuídos valores, foi feita a permuta, foi feito o protocolo, mas fui eu que tratei, fui eu que tratei directamente. Está tudo documentado e os Senhores Vereadores podem ver também esse processo, para verem a diferença. E isto não é, de alguma forma, estar aqui desde já a antecipar qualquer tipo de conclusão. Houve, na época, um vício de incompetência, vício esse que foi sanado pelo decurso do tempo. Agora, o legislador na Lei n.º 169/99 vem, sem margem para dúvida, referir no art.º 53.º, n.º 4 alínea b) que de facto compete à Assembleia Municipal pronunciar-se sobre a afectação e desafecção de bens do domínio público municipal, portanto, também esta questão está ultrapassada. Senhores Vereadores, a posição da Presidente da Câmara foi esta: Actuou no plano administrativo, actuou no plano judicial no tempo em que considerou ser o tempo em que tinha condições para poder fazer a história deste processo e levar a quem de direito que agora averigüe e de facto possa tirar conclusões. As cartas e os pareceres valem o que valem. A Presidente da Câmara preocupa-se com aquilo que qualquer município lhe venha aqui dizer e eu vou dar aqui também um exemplo, um exemplo recentíssimo da Assembleia Municipal, para verem as nossas preocupações quer o Município se apresente individualmente considerado quer o município se apresente como representante de um grupo de pessoas. E está aqui presente o meu amigo Constantino Menino, Senhor Constantino Menino que se apresentou à Presidente da Câmara como uma comissão de moradores e não é nada uma comissão de moradores, numa comissão de moradores tem que haver eleição, tem que ter acta, tem que tomar posse, mas isso não me inibe de ouvir o Constantino Menino e as pessoas que vieram com ele, por outras



razões, por outros motivos. Trouxe um conjunto de preocupações e a Presidente da Câmara ouviu. A Presidente da Câmara poderia ter-se recusado a ouvir o Constantino Menino enquanto comissão de moradores. Eu acedi a ouvi-lo e às outras pessoas porque entendo que não devo ser tão formalista quanto isso. Mas a verdade, Senhores Vereadores, é que era preferível terem-se apresentado como um grupo de cidadãos da Caneira/Saldanha do que apresentarem-se como comissão de moradores que não são. Porque a constituição de Comissão de Moradores tem lei e a gente deve cumprir a lei, depois não podemos invocar a legalidade quando nos interessa e desprezar a legalidade quando não nos interessa. E também eu observei isto tudo na Assembleia Municipal e ninguém foi capaz de chamar a atenção para isto. Um grupo de cidadãos da Caneira/Saldanha falou com a Presidente da Câmara mas não a comissão de moradores da Caneira/Saldanha, que não existe. Um grupo de cidadãos da Caneira/Saldanha foi à Assembleia Municipal mas não a comissão de moradores da Caneira/Saldanha que não existe. E nós, se queremos preservar as instituições e cumprir a lei, temos que saber estas regras, senão é promiscuidade total, senão ninguém se entende. Isto para dizer aos Senhores Vereadores, e também penso que para os representantes da comunicação social é muito importante que esta notas, na minha opinião, sejam dadas, porque às vezes confunde-se tudo e mistura-se tudo e fala-se numa comissão de moradores que não existe. Comissão de Moradores existe no Areias, Comissão de Moradores existe no Esteval porque fizeram eleições, porque se apresentaram com uma lista, porque têm uma acta, porque tomaram posse, portanto, isto é uma Comissão de Moradores. Outra coisa é um grupo de pessoas organizado que não têm estatuto próprio. Ver se nós também nos entendemos relativamente a querermos dignificar as instituições e o estado de direito. Mas isto não me inibiu de receber os cidadãos, nem preciso deste tipo de pedagogia, não preciso porque achei que naquele momento talvez não fosse entendida por eles também, que eles achassem que era excessiva a minha posição, seria uma posição formalista. Mas, na verdade, aquilo que eles me disseram foi enquanto um conjunto de cidadãos e não enquanto comissão de moradores. A comissão de moradores do Alto Saldanha/Caneira não existe pura e simplesmente, existe um grupo de cidadãos preocupados com os problemas da Caneira e do Saldanha, a não ser que eles me apresentem a acta da tomada de posse e de eleição e aí, sim senhor, formalmente. Porque eu recebi a Comissão de Moradores do Bairro do Areias, eu recebi a Comissão de Moradores do Esteval, sei que foram eleitos, sei que tomaram posse até na Junta de Freguesia de Montijo. E numa delas, do Areias, eu estive presente na tomada de posse. Essas coisas têm que ser tratadas com dignidade e no quadro da lei e não é aviltando as instituições e quem as representa, e isso eu não cedo. Podem dizer que eu sou prepotente, podem





*dizer que eu sou arrogante mas há questões de princípio nas quais eu não cedo, doa a quem doer. Os Senhores Vereadores conhecem de facto que é assim. Portanto, eu não participei contra ninguém, nem do passado, de 1997, nem de 1998 a 2001, eu limitei-me a compilar um conjunto de factos, a entregar a quem de direito um conjunto de documentos, a juntar um conjunto de rol de testemunhas e quero que a situação seja averiguada. Continuo a trabalhar porque eu própria vou pedir uma avaliação, tenho a obrigação, em nome da Câmara, de pedir uma avaliação, independentemente do Tribunal ir fazer o mesmo, mas tenho essa obrigação. Se no final estiver tudo certo, está tudo certo, se no final estiver tudo errado, vamos ver se eu fui enganada, se não fui enganada, se os Vereadores foram enganados, como é que foi e quem é que os enganou, e quem é que se aproveitou. Isto é que é agir em defesa do interesse público, em defesa da transparência e em defesa da dignidade das instituições e eu votei favoravelmente, eu assinei a escritura de permuta, aliás, como a Senhora Vereadora na carta me dirigiu diz, ela diz expressamente: A Senhora assinou também a escritura, como se isso me inibisse de avançar. Mas avancei no meu tempo e nas minhas regras, não no tempo da Senhora Vereadora e dos seus amigos e das suas regras, no meu tempo e tenho pena que hoje não estejam aqui alguns autarcas do PS a ouvir, tenho muita pena. E eu sei que a esmagadora maioria dos socialistas e dos cidadãos de Montijo estão comigo, porque eu ando na rua e sei ver isso. Porque eu não fiz mal nenhum, eu não cometi nenhum crime, eu acolhi uma posição, uma dívida de um cidadão de Montijo. Não coloco ninguém em cidadãos de primeira ou cidadãos de segunda e não há nenhum cidadão, mesmo esses que vão ao Gabinete de Reclamações reclamar, que possa vir dizer que no momento certo as coisas não vão andando e não têm resposta. E tenho ali um relatório do Gabinete de Reclamações do ano de 2002, que vou fazer presente aos Senhores Vereadores para verem, por um lado, as reclamações que foram feitas e as respostas que foram dadas aos munícipes. Esta é uma situação diversa, é naturalmente, mas isso mostra que quando as coisas chegam à Presidente da Câmara, a Presidente actua, mas actua com responsabilidade, não actua de qualquer forma, não actua privilegiando, A, B ou C ou sendo influenciada ainda por aqueles que dizem: Vê lá tu assinaste a escritura. Sobre esta matéria está esclarecido, por ora. Eu solicito depois, no final da reunião nós combinamos uma reunião onde os Senhores Vereadores terão acesso ao Processo, que está no meu Gabinete, não sai do meu Gabinete, o Processo é consultado aqui no Gabinete pelos Senhores Vereadores mas não sai do meu Gabinete, o Processo está numerado e será consultado pelos Senhores Vereadores aqui ao lado. Portanto, é assim mesmo, as coisas exigem responsabilidade e não há cá facilidades. Isto para responder às questões que a Senhora Vereadora colocou e às suas doudas e sábias cartas e também às suas insi-*



*nuações malévolas relativamente a um cidadão e à Presidente da Câmara. Eu sempre soube separar o que são as relações institucionais do que são as relações partidárias, e demonstrei isso quando retirei os pelouros à Senhora Vereadora, enquanto Presidente da Câmara, sem ir à Comissão Política do PS pedir autorização. Eu assumi essa responsabilidade, não tinha nada que pedir, eu sou Presidente da Câmara, não tinha que pedir autorização à Comissão Política do PS a partir do momento em que eu não confiava na Senhora Vereadora e os Senhores Vereadores cada vez mais vão percebendo as razões da retirada da confiança política à Senhora Vereadora e os cidadãos de Montijo cada vez mais irão percebendo isso também. Digo aqui aquilo que digo na Assembleia Municipal: Há comportamentos que não sendo ilegalidades, que não sendo crimes, que não sendo irregularidades, são comportamentos eticamente reprováveis no plano funcional, no plano da lealdade, no plano institucional e que um Presidente de Câmara não pode deixar passar em claro, sobretudo se é uma pessoa que fazia parte da sua equipa e que tinha a sua confiança e que era a sua Vice-Presidente. Há comportamentos em política intoleráveis e que não são nem ilegalidades nem irregularidades mas que são intoleráveis do ponto de vista da ética, da responsabilidade e da lealdade e portanto, também para mim o meu quadro de valores, o meu quadro de referências, o meu quadro de princípios não me permite pactuar com determinadas situações. E digo também aqui aquilo que já disse na Assembleia Municipal: Eu prosseguirei até ao fim com todos ou só com alguns. Eu tenho consciência que tenho praticado, tenho exercido o poder em prol do Montijo, em prol desta terra e destes cidadãos que confiaram em mim e, portanto, doa a quem doer, eu assumo as minhas responsabilidades perante os cidadãos de Montijo. Depois no quadro partidário, isso é outra história, é o quadro partidário e aí também tenho uma palavra a dizer e digo mas é no sítio certo, não confundo as coisas. Nem trago as questões para a Assembleia Municipal, nem escrevo cartas provocatórias à Assembleia Municipal para provocar uma discussão do plano partidário e que eu só esclareci os Senhores Deputados, os Senhores Vereadores porque eu quis, porque eu sabia muito bem o que estava ali em causa. Eu sou responsável e eu sei o que ando a fazer e ando a bater-me por esta terra e pelo interesse público e pela dignidade da Câmara Municipal de Montijo e para honrar a confiança que os cidadãos de Montijo depositaram em mim. Tinha ainda algumas informações. Em seguida a Senhora Presidente leu o seguinte documento: "Em reunião da Câmara do Montijo de 6 de Agosto de 1997, foi proposta a desafecção do domínio público para o domínio privado municipal do Montijo, de 416,25 metros quadrados, tendo como destino a construção urbana. Afixado o correspondente edital, sem que houvesse qualquer reclamação à intenção de desafectar, foi apresentada, pela Presidente, na reunião ordinária da Câmara de*



Montijo, realizada em 17 de Setembro de 1997, a proposta n.º 760/97, tendo sido deliberado, por unanimidade, “considerar desafectada a parcela em causa, a qual confronta do Norte com a Avenida Infante D. Henrique, do Sul com Alfredo de Sousa Crispim, do Nascente e Poente com domínio público”. Mais foi deliberado que o DAU (Departamento de Administração Urbanística) procedesse à avaliação da parcela de terreno objecto de desafecção. Na sequência do deliberado pela Câmara, foi requisitado e efectuado, na Conservatória do Registo Predial de Montijo, o registo do prédio desanexo, que ficou assim descrito: “PRÉDIO URBANO sito no Arneiro – Caneira, lote de terreno para construção urbana; 416,25m<sup>2</sup> descoberta; confronta norte – Av.ª Infante D. Henrique; sul – Alfredo de Sousa Crispim; nascente e poente – domínio Público. Omisso na matriz. Vv. 1.456.875\$00” – (descrição n.º 0360, da freguesia do Montijo). Na sequência do indeferimento do estudo, apresentado por Alfredo de Sousa Crispim, do loteamento para um terreno com a área de 6.400m<sup>2</sup>, (indeferimento resultante de deliberação da Câmara Municipal sobre a proposta n.º 630/97, relativa ao processo I-11/95, tomada em reunião ordinária de 16 de Julho de 1997), veio Laurinda Irene da Silva Crispim requerer a aprovação de uma nova operação urbanística para o mesmo prédio. A Câmara Municipal de Montijo, por ofício de 22 de Janeiro de 1999, subscrito pela Senhora Vereadora do Pelouro do Urbanismo Eng.ª Honorina Silvestre Luizi, propôs à requerente que “a fim de compatibilizar” a “proposta de loteamento I-25/98 com a envolvente”, que considerasse a hipótese de alterar a proposta para uma que permitisse a permuta da parcela da Câmara Municipal de Montijo, com descrição para construção urbana – mas, em tal ofício, para espaços verdes – com igual área junto ao espaço proposto, no loteamento então em análise, para espaço verde. Na reunião de Câmara de 17 de Março de 1999, foi deliberado, sobre uma proposta, apresentada pela Senhora Vereadora Honorina com o Pelouro do Urbanismo (proposta n.º 1075/99), a aprovação do “estudo de loteamento apresentado por Laurinda de Sousa Crispim a que corresponde o Proc. I-25/ 98, para os efeitos previstos no art.º 11.º do D.L. n.º 448/91, de 29 de Novembro”, condicionado embora aos necessários pareceres legais. Em tal proposta referia-se já uma permuta de 336,59 m<sup>2</sup>, a desanexar do prédio referido, do domínio privado municipal, com a área de 336,59m<sup>2</sup>, para equipamento, pertencente à promotora. Sobre a proposta n.º 1945/99 (para execução do deliberado na proposta n.º 1075/99 e 1740/99) foi deliberado, por unanimidade, ceder TODO o prédio, com a área de 416,25 metros quadrados, à promotora – agora a Sociedade ADJOPI – Construção e Comercialização de Imóveis, Lda. – com sede na Av. D. João IV, 15 – 1.º Andar – 2870 Montijo recebendo o Município em contrapartida, por permuta, “uma parcela de terreno para equipamento com a área de 336, 59 metros quadrados”. Em justificação desta pro-



posta escreveu-se que se tornava necessário rectificar os pontos 2 e 3 da referida deliberação “já que a permuta aí prevista terá de ser identificada do ponto de vista registral e alterada a destinação atribuída a uma das parcelas”. Em execução do deliberado, por unanimidade, na reunião de 2 de Dezembro de 1999, a Presidente da Câmara Municipal de Montijo, por um lado, e a já referida ADJOPI – Construção e Comercialização de Imóveis, Ld<sup>a</sup>., outorgaram, em 24 de Janeiro de 2000, a escritura pública de “permuta e cedência”, lavrada de folhas 4 a folhas 6 do Livro de Notas n.º 29 do Cartório Privativo da Câmara Municipal do Montijo. Em consequência da permuta: a) O Município transmitiu para a ADJOPI um prédio para construção urbana com 416,25 metros quadrados; b) Tal transmissão possibilitou, à referida promotora, a construção de dois edifícios, com 12 fogos e 4 fracções para comércio e em consequência, 4 200 metros quadrados de construção que, de outro modo, não poderia edificar naquele local; c) O Município ficou com a área de 336,59 metros quadrados, para equipamento municipal, nela foi instalado um pequeno parque infantil; d) Foram atribuídos iguais valores aos prédios permutados (ao prédio onde foram erigidos os edifícios e ao prédio onde foi construído o parque infantil.”-----

**A Senhora Vereadora Honorina Silvestre** solicitou cópia da gravação integral.-----

**A Senhora Presidente** referiu que: “A Câmara não faculta a gravação. Facultará naturalmente aquilo que constar da acta que será a produção fiel da gravação. É a minha prepotência Senhora Vereadora, são as minhas regras.-

**A Senhora Vereadora Honorina Silvestre** disse: A Senhora Presidente ofendeu-me quando disse que eu tinha escrito uma carta mentirosa à Assembleia Municipal.-----

**A Senhora Presidente** disse: Não, não ofendi, porque é verdade.-----

**A Senhora Vereadora Honorina Silvestre** disse: Porque é mentira.-----

**A Senhora Presidente** disse: Não, porque é verdade.-----

**A Senhora Vereadora Honorina Silvestre** disse: Oh Senhora Presidente, a Senhora Presidente pode dizer tudo o que lhe apetece e eu não posso. A carta que eu dirigi à Assembleia Municipal é uma carta absolutamente verdadeira, factual, tem os elementos lá recentes, os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia levantaram-se um a um, os que estiveram presentes na reunião e desmentiram a Senhora Presidente. Disseram: Senhora Presidente, não houve compromisso nenhum financeiro que a Senhora Vereadora tivesse comigo, disse o Presidente da Junta da Atalaia, disse o do Afonsoeiro, disse o das Faias de Santo Isidro de Pegões, o Florêncio, o Presidente da Junta de Freguesia de Montijo disse, não disse bem, mas acabou por dizer que eu não tinha tomado compromisso nenhum financeiro com ele, antes pelo contrário.-

**A Senhora Presidente** disse: Diga a verdade.-----



*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Estou a dizer a verdade Senhora Presidente porque a verdade não é só de uma pessoa, há várias pessoas que falam verdade. E a Senhora Presidente é perita em dizer meias verdades e, aliás, ainda hoje se viu aqui disse meias verdades até no documento que escreveu, creio que para o Tribunal. Gostava de ter cópia do documento. -----*

*A Senhora Presidente disse: Não vai ter. Tem que ir ao Tribunal primeiro para ver. São as regras Senhora Vereadora, são as regras, conheça as regras primeiro. -----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: E repare, nesse documento afirma peremptoriamente que numa reunião em que a proposta foi assinada pela Senhora Vereadora Honorina, e foi, eu sou absolutamente responsável por ter trazido à Câmara Municipal esta proposta baseada no parecer técnico que me foi apresentado. -----*

*A Senhora Presidente disse: Os técnicos agora a seguir vão pagar a factura.-*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Baseada no parecer técnico que distribuí também aos Senhores Vereadores para verem que não há diferença nenhuma entre o teor da proposta e o teor da análise técnica, não há diferença nenhuma. Mas a Senhora omitiu. -----*

*A Senhora Presidente disse: Mas a Senhora é que é a técnica do urbanismo.-*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: A Senhora omitiu neste documento e era importante que o fizesse, assim como referiu que eu assinei a proposta do loteamento e assinei e sou responsável por ela, omitiu que tinha sido a Senhora que assinou a proposta da permuta. A Senhora disse que tinha assinado a escritura, verdade, mas não disse que tinha trazido à sessão de Câmara a proposta da permuta. -----*

*A Senhora Presidente disse: Com certeza, mas trouxe à sessão de Câmara a proposta de permuta. -----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Pronto, pronto. Mas no documento que enviou para Tribunal refere expressamente que a Senhora Vereadora assinou a proposta do loteamento e assinei. -----*

*A Senhora Presidente disse: Mas foi para o Tribunal a proposta. É porque eu tenho que lhe passar algumas rasteiras. -----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Para quê? Eu não tenho medo de cair. -----*

*A Senhora Presidente disse: Porque a Senhora mente, Porque a Senhora mente. O tempo vai prová-lo. Gostaria de não ter razão, gostaria de não ter razão. -----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: E é assim, não tenho todas as verdades mas esta tenho, esta tenho. E tenho-a da seguinte maneira: O Senhor José Bastos no dia 9 de Maio entregou um panfleto anónimo em mão*



*a pessoas e que trazia apensos cópias de documentos que deviam estar nos processos.*-----

*A Senhora Presidente disse: É um problema seu e dessa pessoa.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Não, não. Em mão, um panfleto que referia este loteamento, que trazia apenso cópias de processos da Câmara. O Senhor José Bastos tinha distribuído na rua um panfleto que trazia apensos cópias de documentos que deviam estar nos processos, e esses a Senhora Presidente também guarda no seu Gabinete.*-----

*A Senhora Presidente disse: Mas guardei depois da Senhora ter tirado cópias para levar para a jurista.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Meu Deus.*-----

*A Senhora Presidente disse: Exactamente, foi só depois disso que eu o guardei à cautela.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Oh Senhora Presidente no dia 13 de Maio solicitei, numa reunião que tivemos com os Senhores Vereadores do PS, que estão aqui, eu disse à Senhora Presidente da Câmara, porque íamos ter uma reunião na quarta-feira seguinte, que eu ia colocar a situação de inquérito a este processo na sessão de Câmara, porque não admitia Senhora Presidente que um qualquer individuo andasse a falar deste assunto aí pelas ruas.*-----

*A Senhora Presidente disse: Não é um qualquer individuo. É um cidadão honrado desta terra.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: É um qualquer individuo que escreve coisas deste tipo: "entregaram uma pequena fortuna à Firma Adjopi sem receber nada em troca? E anda a Senhora a dizer que é boa negociadora!" Eram coisas deste tipo que o Senhor andava a dizer, portanto é um individuo, é um individuo.*-----

*A Senhora Presidente disse: Resolve com ele em Tribunal.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Não foi só por causa deste processo, foi por causa de várias coisas, entre elas este processo.*-----

*A Senhora Presidente disse: Não tem nada a ver com esse processo.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Foi. A queixa-crime que eu coloquei no Tribunal contra o Senhor contém várias coisas e entre elas esse processo.*-----

*A Senhora Presidente disse: Não é verdade. Porque não arrolou nem a Presidente da Câmara nem os Vereadores, portanto, não pode ser verdade. Eu não sou testemunha nesse processo nem os Vereadores do Partido Socialista.*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Os Senhores Vereadores do Partido Socialista se quiserem, e são pessoas idóneas e verdadeiras, dirão, dirão aqui, se quiserem dizê-lo, como é evidente, que nessa reunião, que*



*nessa reunião, todos nós, todos nós, iríamos ver internamente o que é que se estava a passar com este processo.*-----

*A Senhora Presidente disse: Isto é deplorável. Não é verdade.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Não é verdade?*-----

*A Senhora Presidente disse: Não é verdade.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Oh Senhora Presidente, a Senhora Presidente está doente.*-----

*A Senhora Presidente disse: Não é verdade. Isso gostava a Senhora que a Presidente fosse ao encontro daquilo que você queria.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Mas foi assim Senhora Presidente, foi assim. De tal maneira que foi assim que no outro dia o Senhor, recebo uma carta no meu gabinete, uma carta do Partido Socialista, vejam só, entregue pela Chefe de Gabinete da Senhora Presidente, com quatro cópias do panfleto anónimo e com mais três ou quatro situações lá descritas, todas sobre este loteamento. E nós tivemos uma reunião.*-----

*A Senhora Presidente disse: A Senhora vai esclarecer isso tudo em Tribunal.*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Ah, não tenha dúvidas nenhuma, com todo o gosto.*-----

*A Senhora Presidente disse: Claro.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Com todo o gosto. Porque eu só cometi um erro nisto tudo, só cometi um erro nesse processo todo, foi ter acreditado em si.*-----

*A Senhora Presidente disse: Ter acreditado? A Senhora nunca acreditou em mim, nunca acreditou.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Foi, foi. E eu mandei-lhe uma carta Senhora Presidente no dia 28 de Maio.*-----

*A Senhora Presidente disse: Que eu guardo religiosamente.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Com certeza. No passado dia 14 de Maio tudo o que está nesta carta é verdade.*-----

*A Senhora Presidente disse: Isso é o que a Senhora diz, que tem a verdade.--*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Depois, dia 2, foi entregue em mão no meu gabinete pela Senhora D. Clara Silva, Chefe de Gabinete da Senhora Presidente, uma carta que capeava um panfleto, que anteriormente tinha sido distribuído como anónimo, carta essa subscrita pelo Senhor José Bastos que para tanto utilizou o papel timbrado do Partido Socialista.*-----

*A Senhora Presidente disse: Claro, não ia utilizar o da Câmara.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Não era a primeira vez. E a pôr a indicação do Presidente da Comissão Política do Partido Socialista do Montijo.*-----

*A Senhora Presidente disse: Fica gravado. Fica gravado.*-----



*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Fica gravado. Não era a primeira vez que usava artigos da Câmara para fazer outras situações. E na qual está ainda a nota de terem sido distribuídas cópias.-----*

*A Senhora Presidente disse: Fale baixo que a oposição tem a obrigação de esclarecer estas coisas.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Pronto. Aliás, a oposição só tem que vir várias vezes a este edifício e ver o Senhor José Bastos sentado no gabinete da Senhora Presidente numa secretária como se fosse dele.-----*

*A Senhora Presidente disse: Só tenho uma secretária e o Senhor José Bastos está sentado à minha frente na secretária e conversamos muitas vezes.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Muitas vezes.-----*

*A Senhora Presidente disse: Como converso com outros munícipes, como converso com outros munícipes.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: A Senhora Presidente até pode conversar vinte e quatro horas com o Senhor José Bastos que eu não tenho nada a ver com isso.-----*

*A Senhora Presidente disse: Não. São só algumas horas e não é todos os dias.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: É quase. Mas ainda bem.----*

*A Senhora Presidente disse: Ele também conversava muito consigo no seu gabinete Senhora Vereadora.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Não me diga, não me diga Senhora Presidente. Esta é uma situação também conhecida no Montijo, as horas que ele passava no meu gabinete. No meu é que não passava as horas.-*

*A Senhora Presidente disse: Mas passa no meu. Não são horas, são breves momentos.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Tenho cópias para conhecimento mas a Senhora faz o que quiser e o que bem entender.-----*

*A Senhora Presidente disse: Não, o meu tempo eu gasto ao serviço do Montijo.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Não, nesses momentos certamente também está ao serviço do Montijo, nesse momento está ao Serviço do Montijo. Estarão a falar de coisas do Montijo.-----*

*A Senhora Presidente disse: Ao serviço do Montijo.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Estarão a falar coisas do Montijo e a decidir coisas sobre o Montijo, os dois. Por isso Senhora Presidente da Câmara Municipal do Montijo e Senhores Vereadores Miguel Cardoso, Nuno Canta e Pedro Marques, a referida carta é mais uma peça, agora identificada e assinada, de uma ignóbil campanha em que primeiro, de forma encarapuçada, em alguns artigos de imprensa local e depois de forma anónima, em papéis sem assinatura, tem procurado envolver e denegrir o*





*meu nome. Tenho-me absterido até agora de reagir porque foi assim que me ensinaram de miúda, a certas pessoas é melhor não dar atenção, primeiro porque entendi não dever fazê-lo.-----*

*A Senhora Presidente disse: Não é isso que está a fazer agora, não é isso que está a fazer agora.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Pois não. Contra quem se tem escondido no anonimato e depois porque estando de consciência tranquila, eu digo estando de consciência tranquila, escrevi-lhe esta carta no dia 28 de Maio.-----*

*A Senhora Presidente disse: Que eu guardo religiosamente numa gaveta.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Entendi não dever contribuir com a minha intervenção para dar importância à calúnia ou à difamação. E por fim, e não menti portanto, porque a campanha difamatória não me atinge apenas a mim mas a outras pessoas e instituições a quem por igual caberia reagir. No entanto, esta carta representou o culminar desta campanha em que finalmente aparece um nome e uma assinatura e em que a gravidade das afirmações produzidas não pode mais passar sem reacção da minha parte. Em 13 de Maio de 2002, em reunião com V. Ex.<sup>a</sup>, os Senhores Vereadores Miguel Cardoso, Nuno Canta e Pedro Marques, teve conhecimento do documento anónimo que circulava, eu mesma dei conhecimento a V. Ex.<sup>a</sup>, fui eu que dei conhecimento a V. Ex.<sup>a</sup> do documento que circulava anónimo, não foi o Senhor José Bastos que lhe deu conhecimento, ou se deu a Senhora não nos disse a nós, eu é que lhe dei conhecimento do documento, defendendo a necessidade da realização de um inquérito, de esclarecer e clarificar todos os procedimentos relacionados com a emissão dos alvarás de loteamento n.ºs. 294, 218/94 referentes ao loteamento I-15/92, reparem aos anos que isto já foi, bem como alvará n.º 275 de 2000 referente ao loteamento I-25/98, tendo ficado acordado entre nós que se poderia averiguar internamente todos os procedimentos para cabal esclarecimento. É evidente que eu, lembrando-me do que já aconteceu aqui uma vez noutra sessão, eventualmente não terei dos Senhores Vereadores a resposta a esta questão. Agora há uma coisa que a Senhora sabe e que eles sabem que foi isso ficou acordado entre nós naquele gabinete. Eles sabem e a Senhora sabe. Foi isso que ficou acordado. Em 14 de Maio de 2002, e essas coisas acabam por vir ao de cima mais tarde ou mais cedo, não tenha dúvidas nenhuma. Em 14 de Maio, em 14 de Maio de 2002, foi-me entregue a carta e da qual lhe foi entregue cópia. No dia 20 de Maio, no dia 20 de Maio em reunião com a Senhora Presidente e com os Senhores Vereadores Miguel Cardoso, Nuno Canta e Pedro Marques, disse-me V. Ex.<sup>a</sup> que me caberia a mim tomar uma decisão. E é o que agora faço para lhe comunicar o seguinte: Depois de ter dito vamos fazer isto, um inquérito cá dentro, depois de fazer isto, o documento intitulado "Delapida-*



ção do Património Municipal”, que agora aparece assinado pelo Senhor José Bastos, em papel timbrado do Partido Socialista e com imputação na qualidade de Presidente da Comissão Política, já foi, repito, anteriormente distribuído em mão por papel anónimo o que determinou o meu completo desconhecimento. O que é dito neste panfleto e que o Partido Socialista se refere não passa de uma ignóbil calúnia, sem qualquer fundamento, em que se pretende atingir e usar o meu bom nome relativamente a actos da Câmara Municipal de Montijo, objecto da deliberação maioritária de aprovar a proposta nº. 1065/99, de 17 de Março de 99 e por unanimidade a proposta 1945/99 do dia 2 de Dezembro e que mostra claramente que aquele panfleto ataca, ofende e difama todas as pessoas que na Câmara Municipal tiveram intervenção no processo. Mas ainda assim, para que nenhuma dúvida subsista a este respeito, com receio, vou apresentar o parecer emitido pela professora universitária especialista em urbanismo. Aceite também a sugestão dos vereadores que estão presentes de me informarem, aqueles que estão aqui presentes eu gostava que eles me dissessem, olhos nos olhos, o que não me disseram na reunião, olhos nos olhos me dissessem que não disseram isto na reunião, para eu também aprender a conhecer melhor as pessoas, se solicitei internamente parecer ao Engenheiro Pádua e ao Dr. Jorge Goes. Se com estes pareceres V. Ex.<sup>a</sup>. entender que este assunto não está ou não fica completamente esclarecido e V. Ex.<sup>a</sup>. não determinar como referiu na reunião de 13 de Maio a realização de inquérito como entidade imparcial, informo que tomarei a iniciativa de propor à Câmara a realização deste inquérito, tudo sem prejuízo da responsabilização criminal dos responsáveis pela difamação de que eu tenho vindo a ser vítima, bem como para dele fazer a declaração de graves danos morais que me têm sido causados. Efectivamente, efectivamente aguarda-se é agora que a Senhora Presidente me diga que consultou o Senhor Eng.<sup>o</sup>. Pádua e o Senhor Dr. Jorge Goes de todo este processo, como ficou acordado naquela reunião, como ficou acordado naquela reunião e assim que dispôs do parecer que foi solicitado à Universidade Católica Portuguesa, até porque aquela Senhora Doutora era especialista em urbanismo, levei-lhe os dados que pude levar e que tinha comigo, não mais, porque a Senhora Presidente, como já toda a gente sabe, não me deixa ter acesso aos processos. Aliás, vê-se que há três semanas lhe pedi um processo da garantia bancária lá de baixo e a Senhora ainda não me deu o processo para consulta.-----  
A Senhora Presidente disse: A seu tempo a gente esclarece.-----  
A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Com certeza.-----  
A Senhora Presidente disse: Mas é quando eu quiser. As minhas regras sem a Senhora poder fugir à sua responsabilidade.-----  
A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: A Senhora tem dez dias para me dar os documentos que eu lhe peço. É assim que diz a lei. E a Senhora



*não está a cumprir a lei porque não me dá os documentos para eu ver. Repare, eu também não estou a acusar de nada, eu só quero é ver os documentos, eu não estou a acusar de nada nem estou a acusar a Câmara de nada, eu só quero ver os documentos para ver se tenho ou não tenho matéria para dizer alguma coisa. Quero ver os documentos e a Senhora não me deixa. Pronto. Ora bem, entreguei o parecer e dirigi-lhe uma carta no dia 18 de Outubro que, efectivamente, uma carta a dizer que se a Senhora Presidente não achasse bem, para não estarmos aqui outra vez a ler uma carta inteira, dúvidas me diga alguma coisa porque ficou a esse respeito, mas entretanto, agora é preciso, esta questão, põe-se sempre da sua parte. Ora bem, agora é preciso aqui ver uma coisa. Uma queixa-crime pode ser metida em Tribunal no prazo de seis meses.-----*

*A Senhora Presidente disse: É especialista em urbanismo, já sabemos todos também.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Mas que dor de cotovelo que isso lhe dá Senhora Presidente. Está sempre a falar do mesmo. Ora bem, a questão é esta: Tinha seis meses para meter a queixa-crime e é o que farei certamente. Eu aqui quero que a pessoa que é capaz de dizer uma coisa destas na praça pública e não tem a hombridade de vir falar comigo sobre ela durante três anos, isto foi em 98, o loteamento é de 98, não só não merece o meu respeito, nem sequer que eu dispense cinco minutos a falar com ele. Porque em 98 falámos, fizemos uma campanha eleitoral comum, reparem tudo isto se sabia, nada disto se disse à Vereadora, no mês seguinte e depois há um panfleto anónimo, depois há uma carta, uma carta do Partido Socialista entregue no meu gabinete pela Chefe de Gabinete da Senhora Presidente a dizer uma coisa destas, deste tipo, e eu ia falar com a pessoa que foi capaz de fazer isto? Não foi capaz de falar comigo directamente sobre o assunto. Senhora Presidente não, não me merece respeito. Tinha vindo falar comigo mas não, andou na rua a falar com a, b, c e d, anonimamente, sem falar com a Vereadora, porque não era esse o interesse do Senhor. O interesse não era esclarecer este problema eram outras situações que também agora não vale a pena estar aqui a caracterizar.-----*

*A Senhora Presidente disse: Deve caracterizar se tem a ver com o interesse público e com a Câmara do Montijo. É sua obrigação caracterizar, é seu dever dizer aqui se essas situações prejudicam ou não a Câmara do Montijo, a transparência e o interesse público.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Se eu entender, se eu entender que tenha feito alguma coisa menos correcta nesse loteamento e como até agora eu estou de consciência tranquila, a Senhora é que não está.-----*

*A Senhora Presidente disse: Não estou o quê?-----*



*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: A Senhora sabe isto desde Maio, aguardou pelo último momento, porque eu também fiz isso de propósito, esperei o último dia do término dos seis meses. E a Senhora aguardou que eu tivesse metido a queixa-crime para levantar esta questão porque antes não se preocupou com ela, não se preocupou com ela Senhora Presidente.----*

*A Senhora Presidente disse: Isso é o que vamos ver.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Não se preocupou com ela Senhora Presidente. A Senhora preocupou-se com ela a partir do momento que eu meti a queixa-crime contra este cidadão e em que eu juntei, para além de outras coisas, não vou agora aqui dizer, também juntei este processo. A Senhora até disse publicamente que ia defender o Senhor José Bastos neste processo, não disse?-----*

*A Senhora Presidente disse: Não. Mas onde é que eu disse publicamente? Mas onde é que eu disse? Por favor refira lá onde é que eu disse publicamente? Mas onde Senhora Vereadora?-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Numa reunião na qual eu participei na sede partidária.-----*

*A Senhora Presidente disse: Mas é do foro partidário, não é publicamente, é do foro partidário.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Não é do foro partidário.----*

*A Senhora Presidente disse: Está a ver como a Senhora trás à colação, a Senhora trás à colação, questões partidárias.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Vai deixar-me continuar ou a Senhora vai estar sempre a interromper sempre que eu estou a falar?-----*

*A Senhora Presidente disse: Eu vou deixá-la continuar, como sempre aliás!--*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Não. Como nem sempre.-----*

*A Senhora Presidente disse: Vou deixá-la continuar. Aliás, temos aqui um conjunto de cidadãos preocupados com o Montijo que ficam de facto a saber da sua boca, da sua boca, a sua versão.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Exactamente. Não pode ser só a sua, sabe? A Senhora não é detentora da verdade e agora eles farão o juízo que entenderem.-----*

*A Senhora Presidente disse: Já fizeram, já fizeram.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Já fizeram. E viva a liberdade de opinião quando a gente sente que se enganou nas coisas, sabe Senhora Presidente? Nas coisas e nas pessoas, nas coisa e nas pessoas. E viva a liberdade.-----*

*A Senhora Presidente disse: Essa expressão é minha.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: E portanto é assim, portanto é assim, a Senhora só se preocupou em andar a ver o que se passava com este*



*loteamento depois de eu me ter insurgido contra o Senhor José Bastos, porque antes nada.-----*

*A Senhora Presidente disse: Senhora Vereadora eu tenho documentos escritos responsáveis, eu tenho documentos escritos, eu tenho um processo administrativo tratado.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: São factos, são factos.-----*

*A Senhora Presidente disse: Havemos de voltar a esta questão. Foi a minha preocupação, se foi imediatamente a seguir ou se foi como a Senhora Vereadora está a dizer agora.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Olhe Senhora Presidente, por acaso não foi assim. A Senhora Presidente não usou nem de lealdade nem de clareza comigo porque fizemos "N" reuniões ali no seu gabinete, depois do mês de Maio, e a Senhora nunca mais falou neste processo, nunca mais quis saber de nada, só quis saber na semana em que eu efectivamente meti o processo, em que a Senhora me retirou os pelouros e em que a Senhora faz esta maldade comigo. É muita coincidência Senhora Presidente, é muita coincidência. Pronto. Mas o tempo dirá e agora também para sossegar os munícipes estou plenamente convencida e muito depois de ter visto e ter andado a analisar e conversado com alguém especialista, que não houve sequer erro técnico na avaliação deste processo. Isto é, poderia ter existido uma análise técnica deficiente do processo e eu, para garantir e estar segura que efectivamente não houve nenhum erro técnico de avaliação, solicitei o parecer, que era do conhecimento da Senhora Presidente que eu ia solicitar o parecer porque lhe comuniquei por escrito e na referida reunião e, neste momento, estou perfeitamente tranquila porque pessoas que não têm nada a ver com isto, viram isto de uma maneira desapaixonada e disseram: Sim senhora os Técnicos da Câmara Municipal de Montijo não erraram na avaliação deste documento. Portanto, estou de consciência tranquila, estou sossegada, porque efectivamente depois disto eu só posso concluir que não há, não há motivo para ninguém estar preocupado em relação ao interesse público ou à delapidação de algum património municipal neste processo. Fiz distribuir o parecer, como verão a área de construção do loteamento, a proposta que foi feita para a Câmara quer em área de construção quer em número de fogos é exactamente a mesma que resulta da avaliação final, se tivéssemos construído mais alguma coisa no tal lote, no tal lote urbano que a Senhora Presidente diz que passou a urbano mas que não tem índices de construção, mas que passou a urbano mas que não tem índices de construção, se tivéssemos lá construído para além dos fogos que as pessoas tinham direito mais os dois tais prédios teríamos ferido gravemente o PDM, porque naquela globalização passariam a estar mais fogos do que aquilo que o PDM prevê. Além disso aquilo era área verde. A área de construção do primeiro loteamento não*



podia constar duas vezes. É fundamental para uma assembleia que às vezes não sabe bem o que é que isto quer dizer, do ponto de vista técnico, a Senhora está a baralhar isto tudo. É urbano mas não tinha índice nem para construir fogos nem para construir nada, não tinha índices construtivos  
Senhora Presidente.

A Senhora Presidente disse: Senhora Vereadora isso é o que naturalmente se verá.

A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Isto interessa Senhora Presidente porque deixa pairar a dúvida no ar.

A Senhora Presidente disse: Eu lancei a dúvida a quem de direito, lancei as dúvidas a quem de direito. Senhores Vereadores eu só queria fazer ressaltar aqui dois aspectos que me parecem importantes e acho que os Senhores Vereadores merecem de facto ter a minha posição sobre o assunto, mas sem antes também fazer ressaltar aqui uma contradição que a Senhora Vereadora começou a dizer, disse aqui, que a responsabilidade é dos técnicos, que ela apresentou a proposta tal qual os técnicos a tinham colocado na informação técnica. Portanto se houver alguma responsabilidade ela é técnica, não é dela, não é dela, portanto é técnica, mas depois também afirmou que não tem dúvida nenhuma que no plano técnico está tudo bem. Portanto, não tem dúvida nenhuma quanto a isso. Relativamente ao inquérito interno e eventualmente ser ouvido o Senhor Eng.º Pádua, não me parece, não me parece, é assim, a Senhora saberá se eu os ouvi ou não quando eu achar que devo dizer isso, não é quando a Senhora quer que eu diga isso.

A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: As pessoas que estão aqui podem confirmar.

A Senhora Presidente disse: Quanto ao inquérito interno, quanto ao inquérito interno, para clarificar e ouvir o Senhor Eng.º Pádua pareceu-me manifestamente irrelevante porque o Senhor Eng.º Pádua tinha emitido pareceres no processo, portanto era Director do DAU, tinha emitido pareceres não me pareceu minimamente correcto ir colocar ao Eng.º Pádua naquela altura, naquela altura, a questão, sobretudo que eu ainda também não tinha estudado todo o processo nem os antecedentes nem a sua história e portanto eu própria não tinha ainda reflectido, eu própria para questionar sobre um conjunto de situações e portanto e depois os Senhores Vereadores quando consultarem o processo vão ver o que se passa do Eng.º Pádua ou os despachos do Senhor Eng.º Pádua. Digamos, era um pouco aqui porquê consultar o Eng.º Pádua se ele tinha sido um dos técnicos do processo, um dos técnicos do processo. Relativamente, relativamente e havia perfeitamente necessidade de fazer isso. Também um inquérito interno com outros funcionários eu acho que era criar de facto, enfim, uma situação que não resolvia o problema, porque o problema é muito mais vasto que apurar a responsabilidade se aquilo



*está certo ou errado, sobretudo quando a Senhora Vereadora, como ainda agora podem constatar, afirma aqui a pés juntos que aquilo está certo. Eu não afirmo, eu não afirmo. Do estudo que fiz, da reflexão que fiz, das medições que mandei fazer, eu não tenho condições, pelo contrário, tenho fundadas dúvidas que os termos de troca sejam equilibrados e isso eu afirmo aqui, tenho hoje fundadas dúvidas que os termos de troca da permuta sejam equilibrados e portanto nem sequer houve uma avaliação, nem sequer houve uma avaliação.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Não houve uma avaliação? Não houve uma avaliação? Tem lá o valor.*-----

*A Senhora Presidente disse: Não, não houve uma avaliação. O valor referido, o valor foi dado pelo Eng<sup>o</sup>. Cesteiro em 1997. Portanto, é uma avaliação que data de 97. E isso tudo vai ser esclarecido. Eu, como disse, gostaria de não ter razão, como disse há pouco, de não ter razão. Mas, da análise do processo, das pessoas com quem falei, do tratamento processual do processo, do tratamento administrativo do processo que a Senhora Vereadora não pode saber tudo, nem tem que saber tudo, portanto desse tratamento, eu tenho hoje, do levantamento topográfico, de medições das áreas, eu tenho hoje fundadas dúvidas que de facto a situação seja uma situação regular. Tenho fundadas dúvidas.*-----

*O Senhor Vereador Carlos Fradique disse: A Senhora tem fundadas dúvidas. Tem fundadas dúvidas sobre quê? Se as áreas são aquelas?*-----

*A Senhora Presidente disse: Não. Se os termos de troca são equilibrados, se os termos de troca são equilibrados, e, de facto, depois vamos para outros detalhes da capacidade construtiva, mas isso são detalhes técnicos, não vamos estar aqui a avaliar.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina disse: Vamos. Se eles são válidos servem para alguma coisa.*-----

*A Senhora Presidente disse: Não vamos estar aqui, não vamos estar aqui a avaliá-los. Quanto àquilo que de facto foi a minha avaliação deste processo e de facto a posição redutora da Senhora Vereadora que já aqui manifestou, ela tem a certeza, tem a convicção que está tudo certo, ela disse tem a convicção que está tudo certo.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Se não tivesse, não tinha trazido a proposta à Câmara, Senhora Presidente. E neste momento, depois do parecer, estou segura.*-----

*A Senhora Presidente disse: Portanto, a Senhora Vereadora não tem dúvidas.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Não. Não tenho dúvidas, não. Estou convencida que está certo.*-----

*A Senhora Presidente disse: Pronto, não tem dúvidas.*-----



*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Dívidas tenho, tanto que tive dívidas que fui solicitar um parecer a quem de direito.-----*

*A Senhora Presidente disse: E isso tranquilizou-a. Pronto, não tem dívidas.-*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Não solicitei o parecer porque queria, solicitei o parecer para poder explicar.-----*

*A Presidente da Câmara disse: Muito bem. Fica registado que a Senhora Vereadora tem a convicção profunda, como sempre teve, como sempre teve, que estava tudo certo. Oh Senhora Vereadora tenha, tenha tento. E como a Senhora Vereadora está nessa convicção e a minha convicção foi a dúvida, eu entendi traçar eu própria a minha estratégia para este processo, não a estratégia que a Senhora Vereadora queria que eu seguisse.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Não é a que eu queria, não é a que eu queria Senhora Presidente, a que acordámos todos. Eu, a Senhora, o Senhor Vereador Miguel Cardoso, o Senhor Vereador Nuno Canta, o Senhor Vereador Pedro Marques, acordámos esta estratégia.-----*

*A Senhora Presidente disse: Não.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Sim. Acordámos esta estratégia Senhora Presidente.-----*

*A Senhora Presidente disse: Não acordámos nenhuma estratégia. Nem eles sabem o caminho que eu segui, nem eles sabem o caminho que eu segui Senhora Vereadora. Não o que a gente acordou mas aquilo que eu pensei ser o caminho correcto.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Olha que lealdade e olha que posição.-----*

*A Senhora Presidente disse: Ser o caminho correcto para resolver o assunto. E Senhores Vereadores vamos dar por terminada, sim vamos dar por terminado este enorme período antes da ordem do dia e eu gostaria que os Senhores Vereadores se pronunciassem, portanto, livremente. Eu disse aos Senhores, a minha lealdade para com os Senhores Vereadores do Partido Socialista, algum tempo depois daquela carta, consistiu em dizer-lhes assim: Eu tenho dívidas quanto a esta matéria, eu hei-de fechar este processo para que tudo fique claro. E, portanto, e vocês vão deixar, foi assim que eu lhes disse, vão deixar que eu trate disto com eu bem entenda. Foi o meu compromisso com os Vereadores do Partido Socialista.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Com os outros Vereadores, porque a Senhora nunca me disse isso.-----*

*A Senhora Presidente disse: Porque a Senhora estava noutra posição, a Senhora Vereadora teve sempre na convicção de que estava tudo certo. Pronto.*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Só assim se compreende que tivesse tido com eles um compromisso diferente daquele que teve comigo.-----*

*A Senhora Presidente disse: Exactamente, mas eu explico isso.-----*





*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: A Senhora só se preocupou na semana em que eu perdi os pelouros, que a Senhora me tirou legitimamente, a Senhora pode tirar os pelouros. É assim, só teve esse compromisso com eles na semana em que me retirou os pelouros. A nós todos nunca disse isso e se disse a uns e não disse a outros isso demonstra como a Senhora tem um tratamento desigual com as pessoas, não é leal, nem é tolerante, exactamente com foi para comigo, não é leal para os seus colaboradores, para aqueles que trabalham consigo directamente. Porque senão não esperava pelo dia 25 de Outubro para fazer isto Senhora Presidente.-----*

*A Senhora Presidente disse: Não, não tem nada a ver com isso.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Ah não? Tem a ver com o quê?-----*

*A Senhora Presidente disse: Tem a ver com a posição que a Senhora sempre assumiu de que estava tudo certo. Nunca se quis questionar, nunca se questionou. A Senhora tem a certeza. Propusesse, propusesse um inquérito.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Porque eu combinei consigo e com os Senhores Vereadores que era esse o caminho.-----*

*A Senhora Presidente disse: Vá Senhores Vereadores, é para esclarecer por favor, porque não vale a pena estar aqui com mais coisas.-----*

*O Senhor Vereador Miguel Cardoso disse: Dois pontos: Que não entendo como é que fez aqui uma afirmação que é: "mais uma vez não terá resposta dos Senhores Vereadores", quando eu pergunto à Senhora Vereadora que me diga, olhos nos olhos, quando é que me colocou alguma questão directamente que eu não tivesse respondido. Só me pôs uma aqui uma vez, só me pôs aqui uma questão.-----*

*A Senhora Presidente disse: O Senhor Vereador está a falar, não esteja nervosa, não esteja nervosa.-----*

*O Senhor Vereador Miguel Cardoso disse: Eu estou a falar. Foi sobre a posição que eu tomava em relação à retirada de pelouros. E eu, e eu assumi essa posição.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Exactamente, exactamente. Era isso que eu queria.-----*

*A Senhora Presidente disse: Deixe o Senhor Vereador falar.-----*

*O Senhor Vereador Miguel Cardoso disse: Portanto, não me venha dizer mais vez nenhuma, que eu não admito, que não terá resposta dos Senhores Vereadores, insinuando que nós não somos pessoas aqui capazes de dizer tudo.-----*

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Peço desculpa. Não foi isso que eu quis dizer. Mas peço desculpa já, porque não foi isso que eu quis dizer.-----*



*O Senhor Vereador Miguel Cardoso disse: É verdade e eu vou-lhe afirmar que é verdade que fui eu uma das pessoas que defendi, que defendi, até contra a opinião da Senhora Presidente da Câmara nessa reunião, eu fui um dos Vereadores, que houve outro que se entender se pronunciará, que defendi que parecia-me sensato, mais sensato nessa altura, antes de ir para um processo de inquérito público, que se pudesse ter uma opinião do Senhor Eng.º Pádua e do Dr. Jorge Goes. Na minha opinião. Porque eram pessoas idóneas que eu reputava em termos de urbanismo. Eu defendi isto e não estou aqui a dizer que não. Eu defendi isto e digo isto aqui.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Eu já lhe pedi desculpa porque não quis dizer isso de maneira nenhuma.*-----

*O Vereador Miguel Cardoso disse: Eu até registei aqui. Agora, a questão que se põe é a seguinte: Eu já lhe disse, tenho a convicção também que numa reunião posterior a Senhora Presidente, e quando a Senhora Vereadora voltou a insistir na necessidade de se abrir um processo, lhe disse que lhe daria uns dias para pensar e depois comunicasse a sua decisão à Presidente da Câmara. Eu sei aquilo que digo e assumo as coisas. Seja bom ou mau para mim, eu assumo as coisas.*-----

*A Senhora Presidente disse: Oh Senhora Vereadora deixe o Senhor Vereador falar, não interrompa.*-----

*O Senhor Vereador Miguel Cardoso disse: Agora Senhora Vereadora há uma outra questão que li nas páginas dos jornais que sinceramente detestei, e eu li e não disse nada mas a Senhora Vereadora disse aqui a mesma coisa. E eu, isso aí, quero que a Senhora Vereadora me diga olhos nos olhos se o Senhor José Bastos passava só as horas no gabinete da Senhora Presidente ou as vezes que a Senhora Vereadora se queixava que chegava aqui atrasada às reuniões do Executivo porque tinha estado várias horas com o Senhor José Bastos no seu gabinete. Dá a impressão que o Senhor José Bastos só estava no Gabinete da Senhora Presidente. Também estava no seu.*-----

*A Senhora Presidente da Câmara disse: Senhor Vereador isso é de outro foro, isso é de outro foro. Pronto. Terminou? Deixe-me precisar e lembrar só uma questão, deixem-me lembrar só uma questão: Quando a Vereadora disse eu vou propor um inquérito à Câmara, só tinha que propor.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: Vocês é que não quiseram o inquérito e agora estão com isso.*-----

*O Senhor Vereador Nuno Canta disse: Não, eu confirmo isso.*-----

*A Senhora Presidente disse: Não ofenda os Senhores Vereadores, não ofenda a dignidade dos Senhores Vereadores.*-----

*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: De alguns Vereadores só, da Vereadora não.*-----

*A Senhora Presidente disse: Dos Senhores Vereadores, no plural.*-----



*A Senhora Vereadora Honorina Silvestre disse: A Senhora não defende a dignidade dos Vereadores, pelo menos em relação à maneira como os trata, não defende nem a dignidade dos Vereadores nem o cargo que eles exercem.-*

*A Senhora Presidente disse: Vamos deixar a Vereadora desabafar.-----*

*O Senhor Vereador Nuno Canta disse: Eu secundo as pessoas quando a posição é correcta, não secundo quando não é correcta, todos sabem isso. Já várias vezes aconteceu isso consigo e com a Senhora Presidente também. Agora, relativamente a esta questão, porque eu não tinha percebido efectivamente o que tinha dito, disseram aqui, agora entretanto, penso que isso também, digo-lhe de passagem que é uma mera sui géneris e eu, aliás, queria-lhe dizer meramente que ao que estivemos aqui a assistir é realmente complicado. A situação é falarmos de um loteamento, deveríamos falar sobre isso e não sobre questões anexas a esse loteamento. Andámos aqui a falar sobre pessoas extras a esta questão. E eu digo como a Senhora Presidente disse, e bem, eu também votei a favor essa proposta. O facto é que o que aconteceu naquelas reuniões, como o Senhor Vereador Miguel Cardoso disse e bem, eu não fui das pessoas que achava que a situação do inquérito interno fosse bem desenvolvida, está dentro do processo, não faz sentido uma pessoa que vá inquirir o processo esteja dentro do processo, é uma questão que é impensável. E a situação ficou realmente, não sei bem se foi nessa reunião, agora não sei precisar, ou se foi na reunião seguinte que a Senhora Presidente disse efectivamente à Senhora Vereadora que apresente uma proposta à sessão de Câmara, já naquela imediata, no sentido de fazermos um inquérito interno de acordo com as pessoas que achasse que deveria fazer.----*

*O Senhor Vereador Pedro Marques disse: Em abono da verdade, em abono da verdade, dou os parabéns por estes testemunhos e dizer que efectivamente nessa reunião, na sequência, disse que votaria favoravelmente esse inquérito se a Senhora Presidente assim o entendesse. Na altura lembro-me que o Vereador Miguel Cardoso, porque na altura nós tentámos e ainda tentávamos como equipa, tentámos tratar o assunto primeiro no âmbito desta casa, digamos o nosso Executivo com os técnicos elencados no processo. Naquela reunião a 13 de Maio saímos com essa ideia de tentar tratar o assunto internamente com estes dois técnicos. No dia 20 de Maio, portanto uma semana depois, ainda numa reunião também com todo o Executivo a Senhora Presidente indicou e até pelas razões que já aqui produziu e que fazem todo o sentido, designadamente pelo envolvimento do Eng<sup>o</sup>. Pádua em todo este processo, que realmente não trataria a questão nesses moldes e portanto a Senhora Vereadora podia tratar nos moldes que entendesse o resto do processo. Portanto a 13 de Maio e a 20 de Maio os factos ocorreram nos moldes que disse.-----*



*A Senhora Presidente informou dos Despachos proferidos ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas relativamente ao pelouro que lhe foi atribuído, no período compreendido entre 27 de Janeiro e 31 Janeiro de 2003: - Projectos de Arquitectura – Licenças Administrativas:10; Projectos de Arquitectura – D.L. 4037/01: 2; Licenciamentos: 1; Alterações: 4; Licenças de Utilização: 5; Propriedade Horizontal: 3; e de 03 de Fevereiro e 7 de Fevereiro de 2003: - Projectos de Arquitectura – Licenças Administrativas: 3; Projectos de Arquitectura – Autorizações Administrativas:3; Projectos de Arquitectura – D.L. 445/91: 1; Licenciamentos: 2; Alterações: 1; Novas Licenças: 3; Licenças de Utilização: 1; Loteamentos Urbanos:4; Diversos: 1. -- Pelo Senhor Vereador Carlos Fradique foi referido que na Proposta n.º 492/03 da reunião realizada em 2 de Janeiro, existem deliberações que não estão correctas. Assim: No art.º 9.º onde consta 1 voto contra do PSD deverá constar 1 voto a favor do PSD; ficando a Deliberação: Aprovado com 4 votos a favor do PS e PSD e 1 abstenção da Vereadora Honorina Silvestre. No art.º 11.º alínea b) onde consta 1 voto contra do PSD deverá constar 1 voto a favor do PSD, ficando a Deliberação: Aprovado com 4 votos a favor do PS e PSD e 1 abstenção da Vereadora Honorina Silvestre; No art.º 31.º, n.º 3 onde consta 1 voto contra do PSD deverá constar 1 voto a favor do PSD, ficando a Deliberação: Aprovado com 4 votos a favor do PS e PSD e 1 abstenção da Vereadora Honorina Silvestre; No art.º 40.º – Ponto 1 onde consta 1 voto contra do PSD deverá constar 1 voto a favor do PSD, ficando a Deliberação: Aprovado com 4 votos a favor do PS e PSD e 1 abstenção da Vereadora Honorina Silvestre; No art.º 59.º – Inclusão do Ponto 2 onde consta 1 voto contra do PSD deverá constar 1 voto a favor do PSD, ficando a Deliberação: Aprovado com 4 votos a favor do PS e PSD e 1 abstenção da Vereadora Honorina Silvestre; No art.º 78.º – Inclusão do Ponto 5 onde consta 1 voto contra do PSD deverá constar 1 voto a favor do PSD, ficando a deliberação: Aprovado com 4 votos a favor do PS e PSD e 1 abstenção da Vereadora Honorina Silvestre. Com a concordância de todo o Executivo Municipal considera-se a rectificação efectuada.-----  
Por unanimidade dos membros da Câmara Municipal foi aceite a inclusão na agenda desta reunião camarária a referida proposta. -----*

## **ORDEM DO DIA**

### **I – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

**1 – PROPOSTA N.º 614/03 – APROVAÇÃO DA 1.ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2003-2006 E AO ORÇAMENTO PARA 2003**  
– Nos termos do disposto no n.º 8.3.1.2. do D.L. 54-A/99, de 22 de Fevereiro,



na redacção dada pelo D.L. 315/2000, de 2 de Dezembro, "Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações". Dispõe o n.º 8.3.2.3. que "A realização antecipada de acções previstas para anos posteriores ou a modificação do montante das despesas de qualquer outro projecto constante do plano plurianual de investimentos aprovado devem ser precedidas de uma alteração ao plano, sem prejuízo das adequadas modificações no orçamento, se for o caso". Considerando a necessidade de se efectuar a 1.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2003-2006 e ao Orçamento para 2003, constante do documento anexo, que aqui se dá por reproduzido, **propõe-se:** Que este Executivo Municipal delibere favoravelmente a 1.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2003-2006 e ao Orçamento para 2003, ao abrigo dos n.ºs. 8.3.1.2., 8.3.1.5. e 8.3.2.3. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na redacção dada pelo D.L. 315/2000, de 2 de Dezembro. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente).-----

**Deliberação:** Aprovada com cinco votos a favor do Partido Socialista e duas abstenções da Coligação Democrática Unitária e Partido Social Democrata.-

## **II – DIVISÃO SOCIAL CULTURAL E DE ENSINO**

**1 – PROPOSTA N.º 615/03 – RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO PARA 2003 ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO E O IDT – INSTITUTO DA DROGA E DA TOXICODEPENDÊNCIA, BEM COMO DA RESPECTIVA ADENDA –** O Município de Montijo iniciou em 1998 um conjunto de Projectos de Prevenção Primária das Toxicodependências, privilegiando o meio escolar nos diferentes níveis de ensino, tendo como objectivo último o combate à toxicodependência, a prevenção de comportamentos de risco e a promoção da saúde global. Em 2001, no âmbito da Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga, aprovada pela resolução do Conselho de Ministros n.º 46/99 de 22 de Abril, que prevê o empenhamento das autarquias no desenvolvimento de projectos e programas na área da prevenção primária das toxicodependências conjuntamente com outros parceiros locais, a Câmara Municipal de Montijo estabeleceu um Protocolo com o então IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência para levar à prática um Plano Municipal em que a Autarquia foi a Entidade enquadradora. Considerando que o Plano Municipal de 2002 atingiu resultados positivos, não só no trabalho directo com as crianças e jovens, mas também com o estabelecimento de parcerias na sociedade civil o que permitiu um envolvimento da comunidade no processo; Considerando que a prevenção primária é o caminho para uma comunidade com estilos de vida saudáveis e onde o exercício da cidadania se tornará uma realidade efectiva; Considerando o disposto no 23.º n.º 3 da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, **propõe-se a ratificação do Protocolo para 2003, entre a Câmara e o IDT – Instituto**



da Droga e da Toxicodependência, bem como a respectiva adenda, que se anexa e se dá por integralmente reproduzido. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Pedro Marques).-----

**Deliberação:** Aprovada com seis votos a favor do Partido Socialista e Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do Partido Social Democrata.-  
**2 – PROPOSTA Nº. 616/02 – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À COORDENAÇÃO CONCELHIA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS DE MONTIJO PARA APOIAR A EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR – A Lei Quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais (Lei nº. 159/99) define como uma das competências dos órgãos municipais, em matéria de educação, a participação no apoio à educação extra-escolar. Neste âmbito, proponho a V.Exas. a atribuição à Coordenação Concelhia de Educação de Adultos de Montijo (entidade que no concelho implementa aquela modalidade de educação) de um subsídio financeiro para implementação do seu Plano de Actividades referente ao ano lectivo de 2002/2003, no valor de 4.000 € (quatro mil euros).**

**Proponho** ainda que este subsídio seja atribuído em 2 prestações, com os valores que se discriminam, de acordo com a seguinte calendarização: Mês de Fevereiro/2003: 2.000 € (dois mil euros); Mês de Maio/2003: 2.000 € (dois mil euros). Informo V.Exas. que este subsídio se destina a apoiar a implementação de 5 cursos sócio-profissionais, o transporte dos formandos do ensino recorrente e da educação extra-escolar de todo o concelho para visitas de estudo e para participação em acções de formação, a aquisição de material de expediente e de desgaste e de material escolar para os formandos mais carenciados do ponto de vista sócio-económico, a manutenção de equipamentos e a dinamização de iniciativas sócio-culturais. Código orçamental: 06.02/05.01.01. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Miguel Cardoso).-

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade. -----

**3 – PROPOSTA Nº. 617/03 – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO AO NÚCLEO DE MONTIJO DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA PARA APOIAR AS ACÇÕES DE RASTREIO E CONTROLO DA PRESSÃO ARTERIAL, DIABETES E COLESTEROL – Considerando o êxito obtido nos anos anteriores com as acções de rastreio e controlo da pressão arterial, diabetes e colesterol, promovidas pelo Núcleo de Montijo da CVP, em parceria com o Gabinete de Saúde e Acção Social e colaboração com algumas Juntas de Freguesias do Concelho, o Núcleo da Cruz Vermelha Portuguesa, tendo em conta os resultados obtidos, a avaliar pela receptividade demonstrada pelas populações, pretende dar continuidade ao projecto. Este projecto de parceria pretende proporcionar um serviço à comunidade no âmbito da prevenção das Doenças Cardiovasculares e da Diabetes, rentabilizando as mais valias de cada parceiro, nomeadamente, os espaços cedidos pelas Juntas de Freguesia, a inscrição de idosos do Projecto Saúde em Movimento do Gabinete do Idoso, bem como a informação aos munícipes realizada pela Câmara Municipal, salientando que toda a organi-**



zação dos rastreios, os recursos humanos afectos, transporte e gestão do material são da responsabilidade do Núcleo de Montijo da CVP, que operacionaliza toda a iniciativa no terreno. Considerando que compete à Câmara Municipal apoiar e participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra nos termos do disposto do artº. 64º., nº. 4 alínea b) da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro e atendendo à utilidade destas acções, **proponho:**

1. A atribuição de um subsídio de 2786,34 Euros (dois mil setecentos e oitenta e seis euros e trinta e quatro cêntimos) a atribuir em duas tranches de 50%, uma de imediato e outra após a apresentação dos documentos comprovativos da despesa efectuada. 2. O subsídio em causa será concedido através da rubrica orçamental 01.03/05.03.02. 3. Que o presente subsídio conste da relação a publicar editalmente e em jornal regional, em cumprimento do estatuído no artº. 1º. e 3º., nº. 2 da Lei nº. 26/94, de 19 de Agosto. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Pedro Marques)-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**4 - PROPOSTA Nº. 618/03 - ATRIBUIÇÃO DE UM APOIO FINANCEIRO AOS JARDINS DE INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA, ÀS ESCOLAS DE 1º. CICLO E AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE CANHA, SANTO ISIDRO E MAESTRO JORGE PEIXINHO PARA APOIAR AS DESPESAS INERENTES À CONFECÇÃO DE FATOS E OUTROS ADEREÇOS DE CARNAVAL** - Esta Câmara Municipal encontra-se a organizar, junto da população pré-escolar e escolar (1º. ciclo e ensino básico mediatizado), mais uma edição do momento de animação designado "A Escola em Desfile: Desfile Carnavalesco", o qual terá lugar durante a manhã do próximo dia 28 de Fevereiro, a partir das 10H00, no seguinte itinerário: Rua João XXIII e Avª. D. Afonso Henriques (concentração) - Avª. 25 de Abril - Avª. dos Pescadores (sentido ascendente e descendente, com inversão junto à S.C.U.P.A. - Avª. 25 de Abril - Avª. D. Afonso Henriques e Rua João XXIII (onde se efectuará a partida nos autocarros). É neste âmbito que proponho a V.Exas. a atribuição de um subsídio financeiro, no valor de 3,75 € por aluno participante, aos jardins de infância da rede pública, às escolas de 1º. ciclo e aos agrupamentos de escolas aderentes, para apoiar as despesas inerentes à confecção de fatos e outros adereços. Para o efeito, em anexo remete-se um quadro discriminativo dos valores do subsídio a conceder a cada estabelecimento de ensino/agrupamento de escolas. Código orçamental: 06.02/05.01.01. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Miguel Cardoso).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**5 - PROPOSTA Nº. 625/03 - ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À INSTITUIÇÃO "O NINHO" PARA AQUISIÇÃO DE INGRESSOS PARA O CONCERTO PELA DIGNIDADE, INSERIDO NO FORUM EUROPEU, PARA SEREM OFERECIDOS AOS UTENTES DO CARTÃO JOVEM MUNICIPAL** - O Ninho é uma Instituição Pri-



vada de Solidariedade Social que tem como objectivo a promoção humana e social de mulheres vítimas de prostituição. O Ninho vai organizar um Concerto pela Dignidade – contra o tráfico, contra a escravatura sexual, contra as causas da prostituição. Esta iniciativa realizar-se-á dia 8 de Março de 2003 no Coliseu dos Recreios, inserindo-se no Forum Europeu para discussão das causas da prostituição que decorrerá em Lisboa no dia 9 de Março. Da comissão de apoio ao concerto fazem parte figuras públicas como, a Senhora Dr.<sup>a</sup> Maria José Rita, a Dr.<sup>a</sup> Maria Barroso, a Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Braga da Cruz, a Actriz Fernanda Lapa, entre outras. – Considerando que “O Ninho” tem prestado apoio ao Espaço Informação Mulheres, através de respostas para utentes do Montijo em situação de risco e violência; - Considerando que a Assembleia Municipal de Montijo aprovou uma moção que recomenda o apoio da Câmara Municipal ao Concerto pela Dignidade; - Considerando o disposto no artigo 23.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> 3 da Lei n.<sup>o</sup> 159/99, de 14 de Setembro, bem como do artigo 64.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> 4 a) da Lei n.<sup>o</sup> 169/99, de 18 de Setembro proponho que o Executivo Municipal delibere favoravelmente o seguinte: A atribuição de um subsídio de 380 € à Instituição O Ninho, que corresponde à aquisição de 76 ingressos para o concerto, os quais serão oferecidos aos utentes do Cartão Jovem Municipal com idade igual ou superior a 18 anos. A escolha dos jovens para oferta dos ingressos deve-se ao facto do cartaz do espectáculo incluir músicos como Pedro Abrunhosa, Sara Tavares, entre outros. (Proposta subscrita pelo Vereador Pedro Marques).---  
**Deliberação: Aprovada por unanimidade.**-----

### **III – DIVISÃO DE HABITAÇÃO**

**I – PROPOSTA N.<sup>o</sup> 619/03 – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO DE VISTORIA E NOTIFICAÇÃO AO PROPRIETÁRIO – PROCESSO PR-44/02** – Na sequência do despacho do Sr. Vereador de 06/12/02 a Comissão de Vistorias nomeada por deliberação camarária de 09/01/02 procedeu à vistoria do imóvel sito da Rua José Joaquim Marques, n.<sup>o</sup> 4 – 2.<sup>o</sup> Esq.<sup>o</sup> em Montijo de que é proprietário o Sr. Gerard Louis Eugene Luís, conforme auto que se anexa e que aqui se dá por integralmente reproduzido. Considerando que compete à Câmara Municipal, ao abrigo do disposto nos art.<sup>os</sup> 89.<sup>o</sup> e 90.<sup>o</sup> do D.L. n.<sup>o</sup> 555/99, de 16/12, com a redacção dada pelo D.L: n.<sup>o</sup> 177/01, de 04/06, ordenar, precedendo vistoria, a reparação e beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde e segurança das pessoas e bens. **Proponho:**  
1. Que a Câmara delibere homologar o auto de vistoria realizada ao abrigo dos normativos legais supracitados, determinando por consequência a execução das obras que se reputam necessárias no prazo nele indicado. 2. Que a presente deliberação bem como o Auto de Vistoria a ela apenso seja notificada ao proprietário. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Pedro Marques).-----





*Deliberação: Aprovada por unanimidade.*-----

**2 – PROPOSTA Nº. 620/03 – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO DE VISTORIA E NOTIFICAÇÃO AO PROPRIETÁRIO – PROCESSO PR-1/03** – Na sequência do despacho do Sr. Vereador de 08/01/03 a Comissão de Vistorias nomeada por deliberação camarária de 09/01/02 procedeu à vistoria do imóvel sito na Rua Agostinho Fortes, nº. 22-A em Montijo de que é proprietário o Sr. Fernando Jacinto Neves, conforme auto que se anexa e que aqui se dá por integralmente reproduzido. Considerando que compete à Câmara Municipal, ao abrigo do disposto nos artºs. 89º, e 90º, do D.L. nº. 555/99, de 16/12, com a redacção dada pelo D.L. nº. 177/01, de 04/06, ordenar, precedendo vistoria, a reparação e beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde e segurança das pessoas e bens. **Proponho:** 1. Que a Câmara Municipal delibere homologar o auto de vistoria realizada ao abrigo dos normativos legais supracitados, determinando por consequência a execução das obras que se reputam necessárias no prazo nele indicado. 2. Que a presente deliberação bem como o Auto de Vistoria a ela apenso seja notificada ao proprietário. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Pedro Marques).-----

*Deliberação: Aprovada por unanimidade.*-----

#### **IV – DEPARTAMENTO DE OBRAS E MEIO AMBIENTE**

**1 – PROPOSTA Nº. 621/03 – RATIFICAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA DA EMPREITADA DE “PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA DE ACESSO AO BAIRRO NOVO DA JARDIA” - PROCESSO F-60/00** – Considerando a vistoria efectuada no dia 2003.01.23 que considerou estarem os trabalhos em condições de serem recebidos provisoriamente. **Proponho:** a ratificação do auto de recepção provisória da empreitada de “Pavimentação da Estrada de acesso ao Bairro Novo da Jardimia”. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta).-----

*Deliberação: Aprovada por unanimidade.*-----

**2 – PROPOSTA Nº. 622/03 – APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS REFERENTES À EMPREITADA DE “CONSERVAÇÃO DA EB 1 DO BAIRRO DA LIBERDADE” – PROCESSO F-63/00** – Considerando que: A empreitada referente à “Conservação da EB1 do Bairro da Liberdade”, foi adjudicada à firma Reimidas – Realizações Imobiliárias, Lda., por deliberação de Câmara de 2001.03.14, pelo, valor de € 174.045,68 (cento e setenta e quatro mil e quarenta e cinco euros e sessenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e por um prazo de execução de 4 meses. A adjudicação foi efectuada no âmbito do D.L. nº. 59/99, de 2 de Março. A consignação dos trabalhos foi assinada em 2001.05.15. Se constatou a existência de alguns erros do projecto, nomeadamente no que respeita à cobertura do edifício, em que a solução existente era diferente daquela prevista no projecto, o que obrigou a alguns ajustes que obrigaram à execução de trabalhos a mais. Por outro, lado existem erros de medição do projecto que deram origem a que algumas quantidades de



artigos contratuais fossem excedidas, designadamente no que concerne à colocação de portas e revestimento de paredes e tectos. Todos os trabalhos aqui referidos se encontram de acordo com lista de quantidades e preços unitários anexa. O valor apurado acumulado dos trabalhos a mais não ultrapassa os limites referente ao controlo de custos imposto pelo n.º 1, do art.º 45.º, do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março. Embora o valor acumulado dos trabalhos a mais ultrapasse o limite previsto no n.º 2 do art.º 45.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março, foi respeitado o estipulado no n.º 3 do mesmo artigo e diploma. **Nestes termos proponho que V. Exa. aprove:-----**

<b>Trabalhos a mais</b>	<b>66.657,36 €</b>
<b>Trabalhos a menos</b>	<b>26.138,36 €</b>
<b>TOTAL DOS TRABALHOS A MAIS</b>	<b>40.518,99 €</b>

Todos os trabalhos a mais constantes desta proposta, com a Reimidas – Realizações Imobiliárias, Lda., por um montante de €: 40.518,99 (quarenta mil, quinhentos e dezoito euros e noventa e nove cêntimos) + IVA à taxa legal em vigor. A celebração de contrato escrito com a mesma firma, nos termos do n.º 7 do art.º 26.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta).-----

**Deliberação:** Aprovada com quatro votos a favor do Partido Socialista, duas abstenções da Senhora Vereadora Honorina Silvestre e Partido Social Democrata e um voto contra da Coligação Democrática Unitária.-----

**3 – PROPOSTA N.º 623/03 – RATIFICAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA DA EMPREITADA DE “PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DAS CAMÉLIAS, DU BOCAGE E RUA PERPENDICULAR, HUMBERTO CARDOSO, CATARINA EUFÉMIA, DAS ÁGUIAS, TRASEIRAS DA BOMBA DA GASOLINA E TRAVESSA LUÍSA TODY NO BAIRRO DA QUINTA DA LUA EM PEGÕES CRUZAMENTO – PROCESSO F-83/00 – Considerando a vistoria efectuada no dia 2003.02.03 que considerou estarem os trabalhos em condições de serem recebidos provisoriamente. **Proponho:** A ratificação do auto de recepção provisória da empreitada de “Pavimentação das Ruas das Camélias, du Bocage e Rua Perpendicular, Humberto Cardoso, Catarina Eufémia, das Águias, traseiras da bomba de gasolina e Trav. Luísa Tody no Bairro da Quinta da Lua em Pegões Cruzamento”. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta).-----**

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade. -----

**4 – PROPOSTA N.º 624/03 – RATIFICAÇÃO DO AUTO DE SUSPENSÃO DA EMPREITADA DE “REPARAÇÃO DA COBERTURA DO PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL N.º 1 – PROCESSO F-61/01 – Considerando que: A vistoria efectuada no dia 2003.02.04, que procedeu ao exame dos trabalhos a realizar verificou que, pelo facto de estarem agendadas nos próximos meses, diversas competições desportivas, deverão os trabalhos a realizar serem suspensos até 29.06.2003. **Proponho:** A ratificação do Auto de Suspensão da empreitada**



**“Recuperação da Cobertura do Pavilhão Desportivo Municipal nº. 1”.** (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade. -----

Todas as deliberações tomadas foram aprovadas em minuta nos termos e para os efeitos previstos nos números 3 e 4 do artigo 27º. do Código do Procedimento Administrativo. -----

No período de intervenção ao público previsto pelo artigo 84º., nºs. 6 e 7 da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/02, de 11 de Janeiro, foi pelos munícipes abaixo identificados colocadas as seguintes questões: -----

**Senhor Joaquim da Maia** – Deu os parabéns ao Executivo Camarário pelo trabalho que tem vindo a desenvolver na cidade do Montijo. Teceu alguns considerandos sobre a posição do Sr. Vereador Carlos Fradique quanto à votação da atribuição do subsídio ao Clube Desportivo do Montijo. -----

O Senhor Carlos Fradique elucidou o senhor munícipe das razões que o levaram a votar contra. -----

A Senhora Presidente referiu que a proposta do subsídio é igual à do ano anterior e foi um compromisso assumido para com o Clube Desportivo de Montijo. -----

**Senhor António Jorge** – Entregou o Relatório e Contas do CDM referente ao ano de 2001. Solicitou ajuda ao Senhor Vereador Carlos Fradique para que, junto do Senhor Secretário de Estado do Desporto, consiga obter a verba prometida e destinada ao arranjo do Campo da Liberdade. Dever-se-á ajudar quem merece e o CDM merece toda a ajuda. Vai fazer tudo por tudo para que o CDM seja sempre respeitado. Na próxima sessão irá entregar o orçamento de 2002 e o de 2003. -----

A Senhora Presidente salientou que o Senhor Vereador Carlos Fradique já accionou os mecanismos legais para saber se o subsídio a conceder ao CDM é ou não legal. -----

**Senhor Manuel Ribeiradio** – Foi atleta amador do CDM durante muitos anos e com muito orgulho é sócio do mesmo. Ficou incrédulo ao se aperceber que existem políticos eleitos pelo povo da sua terra que têm a coragem de se apresentarem na Assembleia Municipal com documentos fraudulentos onde são referidas verbas desconexas gastas no CDM. -----

**Senhor Cesário Pereira** – Referiu que não há profissionais no CDM. Porque está em causa as verbas gastas com o desporto no ano de 2001 e porque é completamente descabida a verba mencionada de 330 contos gastos com os juniores, juvenis, infantis, escolas, basquete e atletismo, onde se movimentam mais de 400 miúdos, pediu ao contabilista para averiguar o que se passa, pois algum erro existe. -----



*A Senhora Presidente disse que o senhor munícipe referiu uma frase muito importante – Que no CDM não há profissionais. Que desde 1998 que tem vindo, gradualmente, a aumentar o subsídio ao Clube pois ao longo destes anos o Clube tem desenvolvido um trabalho meritório com a camada juvenil. Infelizmente a sociedade civil do Montijo não é amiga do CDM. -----*

*Senhor Constantino Menino – Afirmou, contrariamente ao que a Senhora Presidente disse, que existe uma Comissão de Moradores do Saldanha/Caneira. Existem actas elaboradas das reuniões havidas e que vai fazê-las chegar à Senhora Presidente. A única situação ainda não concretizada é a tomada de posse na Junta de Freguesia. Referiu também que o Gabinete de Reclamações ainda não deu resposta a reclamações entradas em Junho de 2002. Deu conhecimento do facto de uma moradora da Caneira estar a ser por diversas vezes agredida por outros moradores e ficar sempre muito mal tratada. Teve conhecimento também que as pernadas das árvores que a Câmara está a cortar no Parque Municipal estão a ser direccionadas para os clandestinos da Caneira para fazerem fogueiras. -----*

*A Senhora Presidente afirmou que as Comissões de Moradores regem-se por leis e têm que haver eleições. Fica à espera das actas que o senhor munícipe irá entregar. Quanto às reclamações ainda não respondidas vai averiguar do que se passa. -----*

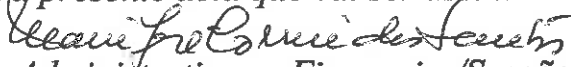
*Senhor José Carlos Mendes – É morador na Urbanização Colinas do Oriente e desde Outubro de 2001 que foram feitas várias promessas de reuniões, que não têm sido realizadas e que a Urbanização continua a não ter segurança nem salubridade. -----*

*A Senhora Presidente informou que visitou a área e verificou um certo desleixo no que diz respeito aos arranjos exteriores. O espaço envolvente precisa de ser limpo e que a Câmara irá fazer a manutenção do local. Não entende o que o senhor munícipe quer saber sobre a segurança. -----*

*O Senhor Munícipe então referiu que a PSP não faz a segurança daquela área e a GNR também não. Uma vez que a cidade do Montijo está a crescer substancialmente há necessidade de alargar a segurança aos munícipes que residem nesta cidade. -----*

*A Senhora Presidente disse que irá alertar as forças de segurança para esse facto. -----*

*E não havendo mais nada a tratar foi pela Senhora Presidente da Câmara encerrada a reunião era uma hora e trinta minutos do dia seguinte da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada. -----*

*E eu,  – Chefe de Secção do Departamento Administrativo e Financeiro/Secção de Taxas e licenças, a mandei escrever, subscrevo e assino. -----*



*A Presidente da Câmara*

*Maria Amélia Macedo Antunes*

*Maria Amélia Macedo Antunes*